

STJ00101544

**Oswaldo Agripino de Castro Junior**  
*Advogado e Doutor em Direito (UFSC)*

# DIREITO PORTUÁRIO E A NOVA REGULAÇÃO

Prefácio

Egon Bockmann Moreira

Introdução Especial

Cesar Luiz Pasold

São Paulo

  
**ADUANEIRAS**  
INFORMAÇÃO SEM FRONTEIRAS

2015

Copyright © 2015

Editora: Darlene Vieira Santos

Diagramação: Nilza Ohe e Paulino dos Santos

Copydesk: Elaine Cristina Paulino Yuasa

Revisão: Elaine Cristina Paulino Yuasa e

Maria Eugênia de Sá

Capa: João Paulo Otsuka

Impressão e acabamento: Graphic Express



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Castro Júnior, Osvaldo Agripino de  
Direito portuário e a nova regulação / Osvaldo  
Agripino de Castro Júnior ; prefácio E. B.  
Bockmann Moreira ; introdução Especializar  
Luiz Pasold. -- São Paulo : Aduaneiras, 2015.

Bibliografia.  
ISBN 978-85-7129-781-4

1. Direito marítimo 2. Direito marítimo -  
Brasil 3. Portos - Leis e legislação - Brasil  
I. Moreira, Egon Bockmann. II. Pasold, Cesar Luiz.  
III. Título.

15-04308

CDU-347.79(81)  
-34:656.615(81)

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Direito marítimo 347.79(81)  
2. Brasil : Direito portuário 34:656.615(81)

**2015**

Proibida a reprodução total ou parcial.  
Os infratores serão processados na forma da lei.

**EDIÇÕES ADUANEIRAS LTDA.**

SÃO PAULO-SP – 01301-000 – Rua da Consolação, 77

Tel.: 11 3545 2500 – Fax: 11 3545 2501

www.aduaneiras.com.br – e-mail: livraria@multieditoras.com.br

# Sumário

<b>Agradecimentos</b> .....	3
<b>Dedicatória</b> .....	5
<b>Apresentação</b> .....	13
<b>Prefácio</b> <i>(Um livro especial, escrito por um especialista)</i> .....	29
<b>Introdução Especial: Percepção Panorâmica do Novo Direito Portuário Brasileiro</b> .....	37
1. A Importância do Direito Portuário.....	37
2. Conceito e Caracterização do Novo Direito Portuário Brasileiro .....	39
2.1. O Novo Direito Portuário Brasileiro: Conceito Operacional .....	40
2.2. O Direito Portuário como Ramo do Direito: Caracterização Confirmada .....	42
2.2.1. Caracterização de um Ramo Autônomo do Direito: Requisitos Básicos.....	42
2.2.2. Verificação dos Requisitos Básicos no Novo Direito Portuário Brasileiro .....	43
3. Classificação da Legislação e o Direito Portuário.....	51
3.1. Breve Explicação .....	51
3.2. Legislação Básica do Direito Portuário .....	52
3.3. Legislação Conexa ao Direito Portuário .....	53
3.4. Legislação Correlata ao Direito Portuário .....	55

3.5.	Legislação Análoga de Direito Portuário .....	55
4.	A Natureza e a Estrutura da Nova Lei dos Portos: Percepção Panorâmica .....	56
5.	Categorias Estratégicas e Seus Conceitos Operacionais, na Lei nº 12.815/2013 .....	57
6.	O Decreto Regulamentador: o Decreto nº 8.033, de 27 de Junho de 2013 .....	62
6.1.	Ementa, Fundamentação e a Estrutura Básica .....	62
6.2.	Destaques do Conteúdo Normativo do Decreto.....	63
6.3.	Elementos Institucionais (Macro e Micro).....	67
7.	Em Destaque a Antaq .....	68
8.	Em Destaque Dois Elementos Microinstitucionais .....	72
8.1.	Primeiro Destaque de Elemento Microinstitucional: o Conselho de Autoridade Portuária .....	72
8.2.	Segundo Destaque de Elemento Microinstitucional: o Ogm.....	75
9.	Breves Considerações Finais sobre a Percepção Panorâmica do Novo Direito Portuário Brasileiro .....	81

<b>Capítulo 1. A Importância da Regulação Setorial Independente para o Desenvolvimento da Atividade Portuária: em Busca de uma Juridicidade Adequada .....</b>	<b>83</b>
1.1. Aspectos Introdutórios .....	83
1.1.1. A Origem das Agências Reguladoras .....	86
1.1.2. Aspectos Destacados da Reforma Portuária .....	91
1.1.3. Usuário ou Consumidor? .....	100
1.1.4. Princípios Gerais da Regulação Portuária .	103
1.2. Funções e Competências da Antaq.....	108
1.2.1. Poder Normativo.....	109
1.2.2. A Cooperação Institucional.....	116
1.2.3. A Importância da Regulação do Transporte Aquaviário .....	119
1.2.4. O Marco Regulatório .....	126
1.3. O Papel do Conit .....	127
1.4. Regulação do Operador de Terminal Portuário.....	131
1.5. Independência Regulatória.....	132

1.6.	Processo Regulatório e Transparência .....	134
1.7.	Regulação da Antaq e Defesa da Concorrência .....	134
1.8.	Participação dos Regulados .....	142
1.9.	O Decreto nº 8.033/2013 e a Antaq .....	144
1.10.	A Adaptação das Autorizações e dos Contratos de Adesão em Vigor.....	149
1.11.	Sugestões para Aperfeiçoar a Atividade da Antaq. ....	154
<b>Capítulo 2. Regulação Econômica da Atividade Portuária.</b>		<b>157</b>
2.1.	Aspectos Introdutórios da Regulação Econômica da Atividade Portuária.....	157
2.1.1.	Regulação .....	160
2.1.2.	Regulação Econômica .....	167
2.2.	Conceitos da Lei de Defesa da Concorrência .....	175
2.2.1.	Mercado Relevante .....	176
2.2.2.	Posição Dominante .....	179
2.2.3.	Poder de Mercado .....	180
2.2.4.	Condutas Lesivas à Concorrência.....	180
2.2.5.	Cartel.....	182
2.2.6.	Preço Predatório.....	187
2.3.	Agência Antitruste e Agência Setorial: Competências Complementares .....	188
2.3.1.	A Relação da Agência Antitruste com as Agências Setoriais .....	197
2.3.1.1.	A Experiência Norte-Americana .....	198
2.3.1.2.	A Relação do Cade com as Agências Setoriais.....	200
2.4.	O Cade e a Regulação da Concorrência das Empresas Reguladas pela Antaq.....	213
2.4.1.	O Caso Envolvendo o Mercado de Serviços de Transporte e Armazenagem .....	216
2.4.2.	O Papel da Antaq, Autoridade Portuária e CAP na Regulação Econômica .....	221
<b>Capítulo 3. Concedente e Concessão Portuária na Nova Lei dos Portos.</b>		<b>231</b>
3.1.	Introdução .....	231

3.2.	Teoria Geral das Concessões.....	245
3.2.1.	Concedente .....	245
3.2.2.	Competência .....	248
3.2.3.	Conceitos Relevantes.....	250
3.2.3.1.	Concessionária.....	255
3.2.3.2.	Formas de Extinção da Concessão.....	257
3.3.	Concedente e Concessão Portuária na Nova Lei dos Portos.....	263
3.3.1.	Contrato de Concessão e Arrendamento Portuário .....	264
3.3.2.	Cláusulas Essenciais .....	271
3.3.3.	Competência da Antaq.....	273
3.3.4.	Competência do Concedente: SEP.....	274
3.3.5.	Autoridade Portuária.....	278
3.3.6.	O Decreto Regulamentador nº 8.033/2013..	280
3.3.7.	A Captura na Regulação Setorial Independente.....	287

#### **Capítulo 4. Arrendamento Portuário, Licitação e Instalações Portuárias** .....

4.1.	Arrendamento Portuário e Concessão Portuária ....	291
4.1.1.	Natureza Jurídica .....	292
4.1.2.	Contrato de Concessão e Competência da Antaq.....	305
4.1.3.	O Equilíbrio Econômico-Financeiro do Arrendamento Portuário .....	309
4.1.4.	Contrato de Concessão de Porto Organizado e de Arrendamento de Instalação Portuária .....	315
4.1.5.	Licenciamento Ambiental e Termo de Referência .....	317
4.2.	Licitação.....	320
4.3.	Instalações Portuárias.....	326
4.4.	Das Competências da SEP, da Antaq, da Administração do Porto (Autoridade Portuária), TCU e TCEs.....	329

4.5. Das Competências da Autoridade Marítima e da Autoridade Aduaneira .....	333
4.6. Do Prazo e Objeto dos Contratos de Concessão e de Arrendamento .....	335
4.7. Reajuste das Tarifas dos Arrendamentos.....	337
4.8. Os Deveres do Arrendatário .....	340

<b>Capítulo 5. Responsabilidades Civil e Administrativa na Atividade Portuária .....</b>	<b>343</b>
5.1. Responsabilidade Civil na Atividade Portuária .....	344
5.1.1. Atividade Portuária à Luz do Direito Civil .....	353
5.1.2. A Responsabilidade Civil à Luz da Lei nº 8.630/1993.....	355
5.1.3. A Responsabilidade Civil dos Terminais Portuários na Argentina .....	357
5.1.4. A Limitação da Responsabilidade Civil ....	362
5.1.4.1. A Limitação da Responsabilidade Civil no Transporte .....	364
5.1.4.2. Cláusulas Limitativa e Exonerativa da Responsabilidade Civil no Transporte Marítimo.....	370
5.1.4.3. Limitação da Responsabilidade Civil na Atividade Portuária .....	373
5.2. Responsabilidade Administrativa na Atividade Portuária .....	378
5.3. O Papel do Conselho de Autoridade Portuária na Fiscalização da Atividade Portuária .....	382
5.3.1. Responsabilidades Administrativa e Judicial nos Casos de Corrupção no Setor Portuário .....	386
5.4. Responsabilidade Civil e Administrativa Decorrente da Omissão de Porto .....	391
5.4.1. Da Responsabilidade Administrativa – Arribada e Omissão de Porto .....	396
5.4.2. A Ilegalidade da Cobrança de Armazenagem pelo Terminal .....	402

5.4.3. Da Responsabilidade Civil: a Arribada no Direito Comparado e Brasileiro e a Omissão de Porto.....	403
<b>Capítulo 6. Possibilidades e Limites da Arbitragem Marítima e Portuária.....</b>	<b>409</b>
6.1. Aspectos Introdutórios da Arbitragem, da Responsabilidade Civil do Transportador Marítimo e da Arbitragem Marítima .....	415
6.1.1. Aspectos Jurídicos da Responsabilidade do Transportador Marítimo.....	421
6.1.2. Cláusulas Relevantes no Conhecimento de Embarque Marítimo.....	426
6.1.2.1. <i>Paramount Clause</i> .....	427
6.1.2.2. Cláusula de Jurisdição ou de Eleição de Foro: Determina qual a Competência Jurisdicional.....	429
6.1.2.3. Cláusula de Avaria Grossa e Cláusula <i>New Jason</i> .....	430
6.1.2.4. Cláusula de Identificação do Transportador ( <i>Identity of Carrier Clause</i> ).....	431
6.1.2.5. Cláusula de Exceção Geral ( <i>Exception General Clause</i> ).....	432
6.1.3. Arbitragem Marítima .....	432
6.1.3.1. Arbitragem Marítima nas Regras de Roterdã.....	438
6.2. Arbitragem Portuária.....	439
6.3. Possibilidades e Limites da Arbitragem nas Atividades Marítima e Portuária .....	448
<b>Conclusão.....</b>	<b>461</b>
<b>Referências das Fontes Citadas .....</b>	<b>465</b>